

**FORMAÇÃO DOCENTE E
AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM NA
PERSPECTIVA INCLUSIVA:
DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**TEACHER EDUCATION AND LEARNING ASSESSMENT FROM AN INCLUSIVE
PERSPECTIVE: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN BASIC EDUCATION**

Ciências Humanas • 19/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781809329](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781809329)

Grasiellen Soares Cardoso¹

Patrícia da Silva Souza²

Elisângela Santana dos Santos³

Caroline de Oliveira Aranha da Silva⁴

Ana Gláucia Novais da Silva Oliveira⁵

Isis Cássia Silva dos Santos⁶

Daniele Leite Andrade⁷

Debora Pereira dos Santos⁸

RESUMO

A educação inclusiva tem se consolidado como um dos principais desafios da educação básica brasileira, exigindo transformações nas práticas pedagógicas, nos processos avaliativos e na formação dos profissionais da educação. Nesse contexto, a formação docente assume papel fundamental para a construção de ambientes educacionais capazes de atender à diversidade dos estudantes, promovendo equidade e participação. O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da formação docente e da avaliação inclusiva na educação básica, considerando as contribuições da literatura científica brasileira. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em seis produções científicas que discutem a formação de professores, a inclusão escolar e os processos avaliativos inclusivos. Os resultados evidenciam que a insuficiência da formação inicial, a necessidade de formação continuada, a escassez de recursos pedagógicos e a permanência de modelos tradicionais de avaliação constituem obstáculos para a efetivação da inclusão. Por outro lado, os estudos apontam que o investimento na formação docente, a diversificação dos instrumentos avaliativos, o trabalho colaborativo e a adoção de práticas pedagógicas flexíveis representam possibilidades concretas para a promoção de uma educação mais inclusiva. Conclui-se que a articulação entre formação docente e avaliação inclusiva é indispensável para garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes e fortalecer a qualidade da educação básica.

Palavras-chave: formação docente; avaliação inclusiva; educação inclusiva; educação básica; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Inclusive education has become one of the main challenges of Brazilian basic education, requiring changes in pedagogical

practices, assessment processes and teacher education. In this context, teacher training plays a fundamental role in building educational environments capable of meeting student diversity while promoting equity and participation. This study aims to analyze the challenges and possibilities of teacher training and inclusive assessment in basic education, considering contributions from Brazilian scientific literature. This is a qualitative bibliographic study based on six scientific publications discussing teacher education, school inclusion and inclusive assessment processes. The findings indicate that insufficient initial teacher education, the need for continuing education, the lack of pedagogical resources and the persistence of traditional assessment models constitute barriers to inclusion. On the other hand, the studies demonstrate that investment in teacher education, diversification of assessment instruments, collaborative work and flexible pedagogical practices represent concrete possibilities for promoting a more inclusive education. It is concluded that the articulation between teacher training and inclusive assessment is essential to ensure the right to learning for all students and strengthen the quality of basic education.

Keywords: teacher education; inclusive assessment; inclusive education; basic education; pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem ocupado posição de destaque nos debates educacionais contemporâneos, especialmente em razão das transformações sociais, políticas e pedagógicas que vêm ocorrendo nas últimas décadas. No contexto brasileiro, a defesa do direito à educação para todos impulsionou a construção de políticas públicas voltadas à garantia do acesso, da permanência e da

aprendizagem dos estudantes que historicamente estiveram à margem dos sistemas educacionais. No entanto, a inclusão escolar passou a ser compreendida não apenas como a inserção física dos alunos nas escolas regulares, mas como a promoção de condições efetivas para sua participação, desenvolvimento e aprendizagem.

A ampliação das discussões sobre educação inclusiva tem provocado importantes reflexões acerca do papel da escola, dos currículos, das metodologias de ensino e dos processos de avaliação da aprendizagem. A presença de estudantes com diferentes características, necessidades, ritmos e formas de aprender exige que as instituições educacionais repensem suas práticas pedagógicas e adotem estratégias capazes de contemplar a diversidade presente nas salas de aula. Dessa forma, a inclusão escolar deixa de ser uma responsabilidade restrita à educação especial e passa a constituir um compromisso de toda a comunidade educativa.

Nesse contexto, a formação docente emerge como um dos fatores mais relevantes para a efetivação dos princípios da educação inclusiva. Os professores ocupam posição central na construção de ambientes educacionais acolhedores e capazes de responder às demandas dos estudantes. Entretanto, a literatura científica tem demonstrado que muitos profissionais ainda enfrentam dificuldades para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, especialmente em virtude das limitações presentes na formação inicial e da insuficiência de oportunidades de formação continuada.

Segundo Abdalla e Almeida (2020), a consolidação da educação inclusiva depende diretamente da qualificação dos professores, uma vez que são eles os responsáveis pela mediação dos processos de ensino e aprendizagem. As autoras destacam que a formação

docente deve contemplar conhecimentos teóricos e práticos relacionados à diversidade humana, possibilitando aos educadores desenvolver competências necessárias para atuar em contextos cada vez mais heterogêneos.

Além da formação docente, a avaliação da aprendizagem constitui outro elemento fundamental para a efetivação da inclusão escolar. Historicamente, os processos avaliativos foram construídos com base em modelos classificatórios e seletivos, priorizando a mensuração de resultados e o desempenho acadêmico dos estudantes. Em muitos casos, esses modelos contribuíram para a exclusão de alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem ou necessidades educacionais específicas, reforçando desigualdades e limitando oportunidades de desenvolvimento.

A perspectiva da avaliação inclusiva propõe uma ruptura com essa lógica tradicional. Nessa concepção, a avaliação passa a ser compreendida como um processo contínuo, formativo e reflexivo, voltado para a identificação das potencialidades e necessidades dos estudantes. O foco deixa de estar exclusivamente nos resultados finais e passa a considerar os processos de aprendizagem, valorizando os avanços individuais e as diferentes formas de construção do conhecimento.

Schneider, Ziesmann e Lepke (2021) argumentam que a avaliação inclusiva deve ser entendida como um instrumento de promoção da aprendizagem e da participação dos estudantes, e não como um mecanismo de exclusão ou rotulação. Para os autores, a construção de práticas avaliativas inclusivas requer mudanças nas concepções pedagógicas dos professores e nas estruturas organizacionais das instituições escolares.

Entretanto, a implementação da avaliação inclusiva ainda enfrenta inúmeros desafios. Entre eles destacam-se a permanência de práticas avaliativas tradicionais, a insuficiência da formação docente para lidar com a diversidade, a falta de recursos pedagógicos adequados e as dificuldades encontradas pelas escolas para promover adaptações curriculares e metodológicas. Esses fatores evidenciam a necessidade de aprofundar as discussões acerca da relação entre formação docente e avaliação inclusiva, buscando compreender de que maneira esses elementos podem contribuir para a construção de uma educação mais equitativa e democrática.

De acordo com Almeida e Rezende (2007), as políticas educacionais voltadas à inclusão têm ampliado as responsabilidades atribuídas aos professores, exigindo novas competências profissionais e novas formas de organização do trabalho pedagógico. Nesse sentido, torna-se indispensável que os processos formativos sejam capazes de preparar os docentes para atuar diante da diversidade, desenvolvendo práticas que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Complementando essa perspectiva, Kort-Kamp e Azevedo (2023) destacam que a formação continuada representa uma importante estratégia para o fortalecimento das práticas inclusivas, uma vez que possibilita aos professores refletirem sobre suas experiências, compartilharem conhecimentos e construir soluções para os desafios encontrados no cotidiano escolar. As autoras ressaltam que a formação permanente contribui para a ampliação das competências profissionais e para o aprimoramento das práticas pedagógicas e avaliativas.

Ao mesmo tempo, estudos como os de Gonçalves et al. (2013) demonstram que a inclusão escolar demanda uma revisão profunda dos modelos educacionais tradicionalmente adotados nas escolas brasileiras. Para os autores, a valorização da diversidade exige a construção de práticas pedagógicas flexíveis, capazes de reconhecer as singularidades dos estudantes e promover condições adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Diante desse contexto, observa-se que a formação docente e a avaliação inclusiva constituem dimensões indissociáveis da educação inclusiva. A atuação dos professores influencia diretamente a qualidade dos processos avaliativos, enquanto as práticas de avaliação impactam significativamente as oportunidades de aprendizagem e participação dos estudantes. Dessa forma, compreender os desafios e as possibilidades presentes nessa relação torna-se fundamental para a construção de sistemas educacionais mais inclusivos.

Considerando a relevância da temática, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são os principais desafios e as possibilidades relacionados à formação docente e à avaliação inclusiva na educação básica?

Para responder a essa questão, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os desafios e as possibilidades da formação docente e da avaliação inclusiva na educação básica. Como objetivos específicos, pretende-se compreender a relação entre formação docente e educação inclusiva; discutir os fundamentos da avaliação inclusiva; identificar os principais desafios enfrentados pelos professores na implementação de práticas avaliativas inclusivas; e

analisar as possibilidades apontadas pela literatura para o fortalecimento da inclusão escolar.

A realização deste estudo justifica-se pela importância social e educacional da temática. Em um contexto marcado pela crescente valorização da diversidade e pela ampliação das políticas de inclusão, torna-se necessário compreender os fatores que favorecem ou dificultam a efetivação da educação inclusiva. Além disso, a pesquisa contribui para o aprofundamento das discussões sobre formação docente e avaliação da aprendizagem, oferecendo subsídios teóricos que podem auxiliar professores, gestores e demais profissionais da educação na construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e comprometidas com a garantia do direito à educação para todos.

2. FORMAÇÃO DOCENTE E AVALIAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A construção de uma educação inclusiva exige transformações significativas nas concepções de ensino, aprendizagem e avaliação presentes no ambiente escolar. Nas últimas décadas, as discussões sobre inclusão passaram a ocupar lugar central nas políticas educacionais brasileiras, impulsionando reflexões acerca do papel da escola na promoção da equidade e do respeito à diversidade. Nesse contexto, a formação docente e os processos avaliativos assumem relevância estratégica, uma vez que influenciam diretamente as oportunidades de aprendizagem oferecidas aos estudantes.

A presença de alunos com diferentes características, necessidades e trajetórias educacionais demanda a adoção de práticas pedagógicas capazes de reconhecer e valorizar a diversidade humana. Entretanto,

a efetivação da inclusão escolar não depende apenas do acesso dos estudantes às instituições de ensino. É necessário garantir condições para sua participação ativa nos processos educativos e para o desenvolvimento de suas potencialidades. Tal perspectiva exige que os professores estejam preparados para lidar com situações complexas e para construir estratégias que favoreçam a aprendizagem de todos.

Nesse sentido, a literatura tem destacado que a formação docente constitui um dos principais fatores para a consolidação da educação inclusiva. Ao mesmo tempo, os processos de avaliação da aprendizagem precisam superar modelos tradicionais e classificatórios, adotando abordagens mais flexíveis e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, compreender a relação entre formação docente e avaliação inclusiva torna-se fundamental para analisar os desafios e as possibilidades existentes na educação básica.

2.1. Formação Docente e os Desafios da Educação Inclusiva

A formação docente constitui um dos pilares fundamentais para a efetivação da educação inclusiva. Em um contexto marcado pela crescente diversidade presente nas escolas, os professores assumem a responsabilidade de planejar, desenvolver e avaliar práticas pedagógicas capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes. Essa realidade exige profissionais preparados não apenas para transmitir conhecimentos, mas também para compreender as especificidades dos alunos e promover estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos.

As discussões sobre formação docente têm ganhado destaque nas pesquisas educacionais em razão das mudanças ocorridas nas políticas públicas voltadas para a inclusão escolar. A ampliação do acesso à educação básica por estudantes com diferentes necessidades educacionais trouxe novos desafios para as instituições de ensino e para os profissionais que atuam nesse espaço. Nesse cenário, a formação dos professores passou a ser compreendida como elemento indispensável para a construção de sistemas educacionais mais inclusivos e democráticos.

De acordo com Abdalla e Almeida (2020), a formação de professores representa um dos aspectos centrais para a consolidação da educação inclusiva, uma vez que os docentes desempenham papel decisivo na mediação dos processos de ensino e aprendizagem. As autoras destacam que a inclusão escolar exige profissionais capazes de reconhecer a diversidade como característica inerente ao ambiente educativo, superando concepções que associam as diferenças a limitações ou obstáculos para o desenvolvimento dos estudantes.

Nesse sentido, a formação inicial dos professores assume importância significativa. É durante esse período que os futuros educadores têm contato com os fundamentos teóricos que orientarão sua atuação profissional. Entretanto, diversos estudos apontam que muitos cursos de formação ainda apresentam fragilidades no tratamento das questões relacionadas à inclusão escolar. Em muitos casos, os conteúdos são abordados de maneira superficial, dificultando a construção de conhecimentos sólidos sobre práticas pedagógicas inclusivas (ABDALLA; ALMEIDA, 2020).

Essa realidade contribui para que muitos profissionais ingressem no exercício da docência sentindo-se inseguros diante das demandas apresentadas pelos estudantes. A ausência de experiências práticas relacionadas à inclusão durante a formação inicial também constitui um fator que limita a atuação dos professores. Como consequência, muitos educadores encontram dificuldades para adaptar metodologias, elaborar estratégias diferenciadas e promover processos avaliativos compatíveis com as necessidades dos alunos.

Ao analisar as políticas educacionais voltadas para a inclusão, Almeida e Rezende (2007) destacam que a ampliação do acesso dos estudantes às escolas regulares não garante, por si só, a efetivação da inclusão. Para as autoras, a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da preparação dos profissionais responsáveis pela condução dos processos pedagógicos. Assim, torna-se necessário investir em programas de formação que possibilitem aos professores compreender a diversidade presente nas salas de aula e desenvolver competências adequadas para lidar com essa realidade.

Ao discutir a realidade brasileira da educação inclusiva, Kassir (2014) destaca que as transformações ocorridas nas políticas educacionais ao longo das últimas décadas promoveram mudanças significativas na escolarização dos estudantes com deficiência. A autora observa que, especialmente a partir da década de 1990, intensificaram-se os debates sobre o direito à educação para todos, impulsionados por compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e por reformas educacionais voltadas à ampliação do acesso à escola regular. Essas mudanças contribuíram para a construção de uma nova concepção de educação especial, baseada na perspectiva da inclusão escolar.

Segundo Kassar (2014), um dos momentos mais relevantes desse processo ocorreu durante os anos 2000, quando foram ampliadas as ações governamentais destinadas à inclusão de estudantes com deficiência nas escolas comuns. Nesse período, especialmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve expansão das políticas voltadas à democratização do acesso à educação e fortalecimento das discussões sobre inclusão escolar. Entre os marcos mais importantes encontra-se a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, documento que passou a orientar os sistemas educacionais brasileiros no sentido de garantir a matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular e ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado.

A autora ressalta que tais medidas contribuíram para o aumento expressivo do número de estudantes com deficiência matriculados em escolas regulares. Entretanto, esse crescimento ocorreu em velocidade superior às mudanças necessárias na formação dos professores e nas condições pedagógicas oferecidas pelas instituições de ensino. Como consequência, muitos docentes passaram a atuar em contextos cada vez mais diversificados sem receber preparação suficiente para lidar com as demandas decorrentes da inclusão escolar (KASSAR, 2014).

Nesse sentido, Kassar (2014) argumenta que a ampliação do acesso à escola representa apenas uma das etapas do processo de inclusão. Para que a escolarização ocorra de forma efetiva, é necessário garantir condições que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. Tal perspectiva evidencia a importância da formação docente como elemento estratégico para

a implementação das políticas inclusivas, uma vez que os professores ocupam posição central na construção de práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula.

Dessa forma, a análise da realidade brasileira demonstra que os avanços obtidos nas políticas de inclusão precisam ser acompanhados por investimentos contínuos na formação inicial e continuada dos professores. Somente por meio de processos formativos consistentes será possível transformar as conquistas legais em práticas pedagógicas efetivamente inclusivas, garantindo não apenas o acesso dos estudantes com deficiência à escola, mas também sua permanência e aprendizagem com qualidade.

Além da formação inicial, a formação continuada constitui um elemento essencial para o desenvolvimento profissional docente. As constantes transformações ocorridas no campo educacional exigem que os professores atualizem seus conhecimentos e reflitam continuamente sobre suas práticas. Nesse contexto, a formação continuada possibilita o aprofundamento de questões relacionadas à inclusão e contribui para a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes.

Segundo Kort-Kamp e Azevedo (2023), a formação continuada desempenha papel fundamental no fortalecimento das práticas inclusivas, uma vez que promove espaços de reflexão, troca de experiências e construção coletiva de conhecimentos. As autoras ressaltam que os processos formativos permanentes favorecem o desenvolvimento de competências profissionais necessárias para enfrentar os desafios encontrados no cotidiano escolar.

A importância da formação continuada está relacionada ao fato de que a inclusão escolar apresenta demandas complexas e dinâmicas. Cada estudante possui características específicas, exigindo dos professores a capacidade de adaptar suas práticas pedagógicas às diferentes situações encontradas na escola. Dessa forma, a atualização permanente dos conhecimentos torna-se condição indispensável para a promoção de uma educação de qualidade.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de articular teoria e prática nos processos formativos. Muitas vezes, os cursos destinados aos professores enfatizam conteúdos teóricos sem proporcionar oportunidades suficientes para a aplicação dos conhecimentos no contexto escolar. Essa desconexão pode dificultar a utilização dos saberes construídos durante a formação, comprometendo a eficácia das ações pedagógicas voltadas à inclusão.

As dificuldades enfrentadas pelos professores também são evidenciadas por Gonçalves et al. (2013), que discutem a formação docente no contexto da educação inclusiva. Os autores destacam que muitos educadores relatam insegurança diante da necessidade de atender estudantes com diferentes necessidades educacionais. Tal situação demonstra que a inclusão escolar não depende apenas da existência de políticas públicas, mas também da preparação efetiva dos profissionais responsáveis pela implementação dessas políticas.

Além das questões relacionadas à formação, diversos fatores estruturais influenciam a atuação dos professores. A elevada quantidade de alunos por turma, a insuficiência de recursos pedagógicos, a sobrecarga de trabalho e a falta de apoio institucional representam obstáculos frequentemente mencionados

na literatura especializada. Esses elementos podem dificultar a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, mesmo quando os professores demonstram interesse e compromisso com a inclusão.

Outro desafio importante está relacionado à persistência de concepções tradicionais sobre ensino e aprendizagem. Em algumas situações, a diversidade ainda é percebida como um problema a ser resolvido, e não como uma característica natural do ambiente escolar. Essa perspectiva pode contribuir para a manutenção de práticas excludentes, limitando as oportunidades de participação dos estudantes.

Por outro lado, os estudos analisados também apontam importantes possibilidades para o fortalecimento da educação inclusiva. Entre elas destacam-se a ampliação das oportunidades de formação continuada, o incentivo ao trabalho colaborativo entre professores, a valorização da reflexão sobre a prática pedagógica e a construção de redes de apoio dentro das instituições escolares. Tais estratégias contribuem para o desenvolvimento profissional dos docentes e favorecem a implementação de práticas mais inclusivas.

Observa-se, portanto, que a formação docente constitui um elemento indispensável para a construção de uma educação comprometida com os princípios da inclusão. Embora existam desafios significativos relacionados à preparação dos professores e às condições de trabalho encontradas nas escolas, a literatura evidencia que investimentos em formação inicial e continuada podem contribuir para a superação dessas dificuldades. Assim, fortalecer a formação docente significa ampliar as possibilidades de participação, aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes presentes na educação básica.

2.2. Avaliação Inclusiva na Educação Básica: Desafios e Possibilidades

A avaliação da aprendizagem ocupa posição central no processo educativo, uma vez que possibilita ao professor acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, identificar dificuldades e potencialidades, bem como orientar a tomada de decisões pedagógicas. Ao longo da história da educação, entretanto, a avaliação foi frequentemente utilizada como instrumento de classificação e seleção, priorizando a atribuição de notas e a comparação entre os alunos. Essa concepção tradicional contribuiu para a consolidação de práticas que, em muitos casos, acabaram reforçando processos de exclusão dentro do ambiente escolar.

Com o avanço das discussões sobre educação inclusiva, a avaliação passou a ser compreendida sob uma nova perspectiva. Em vez de funcionar apenas como mecanismo de verificação de resultados, ela passou a ser entendida como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, assumindo caráter formativo e orientador. Nessa perspectiva, avaliar significa compreender o percurso de aprendizagem dos estudantes, respeitando suas particularidades e considerando os diferentes modos pelos quais o conhecimento é construído.

A avaliação inclusiva surge justamente da necessidade de adequar os processos avaliativos aos princípios da inclusão escolar. Sua finalidade não é medir todos os estudantes a partir de um único padrão de desempenho, mas reconhecer que cada indivíduo possui ritmos, características e necessidades específicas. Dessa forma, o foco da avaliação desloca-se dos resultados padronizados para os

processos de aprendizagem, permitindo uma análise mais ampla e justa do desenvolvimento dos alunos.

Segundo Schneider, Ziesmann e Lepke (2021), a avaliação inclusiva constitui um dos elementos fundamentais para a efetivação da educação inclusiva, uma vez que influencia diretamente a participação e o desempenho dos estudantes no ambiente escolar. Os autores destacam que a avaliação deve ser compreendida como uma prática pedagógica comprometida com a promoção da aprendizagem, e não como um instrumento destinado à exclusão ou à rotulação dos alunos.

Nesse sentido, a avaliação inclusiva exige mudanças significativas nas concepções e práticas dos professores. Em vez de utilizar exclusivamente provas escritas padronizadas, torna-se necessário adotar instrumentos diversificados que permitam aos estudantes demonstrar seus conhecimentos de diferentes maneiras. A utilização de atividades práticas, produções textuais, apresentações orais, portfólios, observações sistemáticas e projetos pedagógicos constitui algumas das estratégias que podem contribuir para uma avaliação mais inclusiva e coerente com a diversidade presente nas salas de aula.

A diversificação dos instrumentos avaliativos representa uma importante possibilidade para a promoção da inclusão escolar. Quando os professores utilizam diferentes formas de avaliação, ampliam as oportunidades para que os estudantes expressem suas aprendizagens de acordo com suas características e potencialidades. Essa prática favorece não apenas os alunos com necessidades educacionais específicas, mas todos aqueles que apresentam diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

De acordo com Schneider, Ziesmann e Lepke (2021), a avaliação inclusiva deve estar fundamentada em princípios de equidade e respeito à diversidade. Isso significa reconhecer que tratar todos os estudantes da mesma maneira nem sempre garante justiça educacional. Em muitos casos, a igualdade de oportunidades exige adaptações metodológicas e avaliativas capazes de atender às necessidades específicas dos alunos, possibilitando sua participação efetiva nos processos de aprendizagem.

Outro aspecto relevante refere-se ao caráter contínuo da avaliação inclusiva. Diferentemente das práticas tradicionais, que frequentemente concentram a avaliação em momentos específicos do calendário escolar, a perspectiva inclusiva compreende a avaliação como um processo permanente de acompanhamento da aprendizagem. Dessa forma, o professor passa a observar continuamente o desenvolvimento dos estudantes, identificando avanços, dificuldades e necessidades de intervenção pedagógica.

Essa compreensão amplia as possibilidades de atuação docente, permitindo que as dificuldades sejam identificadas precocemente e que estratégias adequadas sejam implementadas ao longo do processo educativo. Além disso, a avaliação contínua favorece a construção de relações mais próximas entre professores e estudantes, fortalecendo o diálogo e a participação no ambiente escolar.

Entretanto, apesar dos avanços teóricos e das orientações presentes nas políticas educacionais, a implementação da avaliação inclusiva ainda enfrenta inúmeros desafios. Um dos principais obstáculos refere-se à permanência de concepções tradicionais de avaliação nas instituições escolares. Em muitas escolas, a cultura da prova e da

nota continua predominando, dificultando a adoção de práticas mais flexíveis e formativas.

Essa realidade está associada a uma longa trajetória histórica marcada pela valorização dos resultados quantitativos. Durante muitos anos, o sucesso escolar foi medido prioritariamente pelo desempenho obtido em exames e avaliações padronizadas. Como consequência, muitos professores foram formados dentro dessa lógica e acabam reproduzindo modelos avaliativos centrados na classificação dos estudantes.

Stein et al. (2023) ressaltam que a construção de políticas de avaliação inclusiva enfrenta desafios relacionados não apenas à formação docente, mas também às culturas institucionais presentes nas escolas. Segundo os autores, a mudança das práticas avaliativas exige transformações profundas nas concepções educacionais, envolvendo gestores, professores, estudantes e famílias.

Outro desafio frequentemente apontado pela literatura refere-se à insuficiência da formação docente para atuar com avaliação inclusiva. Muitos professores relatam dificuldades para elaborar instrumentos avaliativos adaptados ou para definir critérios capazes de contemplar a diversidade dos estudantes. Em diversas situações, a falta de conhecimentos específicos gera insegurança e contribui para a manutenção de práticas tradicionais.

Essa problemática evidencia a estreita relação existente entre formação docente e avaliação inclusiva. Quanto maior for a preparação dos professores para compreender as necessidades dos estudantes e desenvolver estratégias diferenciadas, maiores serão as possibilidades de construção de processos avaliativos mais justos e

eficazes. Nesse sentido, a formação continuada assume papel estratégico ao proporcionar espaços de reflexão e aperfeiçoamento profissional.

Além das questões relacionadas à formação, as condições de trabalho também influenciam diretamente a implementação da avaliação inclusiva. Turmas numerosas, excesso de atividades burocráticas, escassez de recursos pedagógicos e falta de tempo para planejamento constituem fatores que dificultam o acompanhamento individualizado dos estudantes. Essas limitações podem comprometer a qualidade das avaliações e restringir as oportunidades de desenvolvimento dos alunos.

Outro aspecto relevante está relacionado à necessidade de adaptação curricular. A avaliação inclusiva pressupõe que os objetivos educacionais sejam flexíveis o suficiente para atender às necessidades dos estudantes sem comprometer a qualidade do ensino. Entretanto, muitos professores encontram dificuldades para realizar adaptações curriculares, seja pela falta de formação específica, seja pela ausência de apoio institucional.

Segundo Stein et al. (2023), as políticas de avaliação inclusiva precisam estar articuladas às políticas de formação continuada e ao fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas. Os autores destacam que a avaliação não pode ser analisada de forma isolada, pois está diretamente relacionada às condições de ensino oferecidas aos estudantes.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender que a inclusão não depende exclusivamente do esforço individual dos professores. Embora a atuação docente seja indispensável, a construção de

práticas avaliativas inclusivas requer o comprometimento de toda a comunidade escolar. Gestores, coordenadores pedagógicos, profissionais de apoio e famílias desempenham papel importante no desenvolvimento de ações capazes de favorecer a aprendizagem dos estudantes.

Apesar dos desafios identificados, a literatura analisada aponta diversas possibilidades para o fortalecimento da avaliação inclusiva na educação básica. Entre elas destaca-se a valorização da avaliação formativa, entendida como um processo contínuo de acompanhamento da aprendizagem. Essa abordagem permite ao professor utilizar os resultados da avaliação para orientar intervenções pedagógicas e promover avanços no desenvolvimento dos estudantes.

Outra possibilidade refere-se à ampliação dos instrumentos avaliativos utilizados nas escolas. A diversificação das estratégias de avaliação contribui para reduzir barreiras e ampliar as oportunidades de participação dos estudantes. Além disso, possibilita que diferentes habilidades e competências sejam consideradas durante o processo avaliativo, favorecendo uma compreensão mais ampla da aprendizagem.

A utilização de registros sistemáticos também constitui uma importante ferramenta para a avaliação inclusiva. Ao documentar observações sobre o desenvolvimento dos estudantes, os professores podem acompanhar sua evolução ao longo do tempo e planejar intervenções mais adequadas às suas necessidades. Essa prática fortalece o caráter formativo da avaliação e contribui para a tomada de decisões pedagógicas mais fundamentadas.

Outra estratégia relevante consiste na promoção da autoavaliação e da participação dos estudantes nos processos avaliativos. Quando os alunos são incentivados a refletir sobre suas próprias aprendizagens, desenvolvem maior autonomia e tornam-se mais conscientes de seus avanços e dificuldades. Essa participação ativa fortalece o protagonismo estudantil e contribui para a construção de uma cultura avaliativa mais democrática.

Os estudos analisados também destacam a importância do trabalho colaborativo entre professores e demais profissionais da educação. A troca de experiências e a construção coletiva de estratégias pedagógicas favorecem a superação de dificuldades e ampliam as possibilidades de atendimento às necessidades dos estudantes. Nesse sentido, a avaliação inclusiva deixa de ser responsabilidade exclusiva do professor e passa a constituir um compromisso compartilhado pela comunidade escolar.

Observa-se, portanto, que a avaliação inclusiva representa um importante instrumento para a promoção da equidade e da qualidade educacional. Embora sua implementação ainda enfrente desafios significativos relacionados à formação docente, às condições de trabalho e às culturas institucionais, a literatura evidencia que existem caminhos viáveis para sua consolidação. A adoção de práticas avaliativas diversificadas, contínuas e centradas nos processos de aprendizagem contribui para a construção de uma escola mais democrática, capaz de reconhecer e valorizar as diferenças presentes no ambiente educativo.

Assim, a avaliação inclusiva não deve ser compreendida apenas como uma exigência das políticas educacionais, mas como uma oportunidade de transformar as práticas pedagógicas e fortalecer o

compromisso da escola com o desenvolvimento integral de todos os estudantes. A partir dessa perspectiva, torna-se possível avançar na construção de uma educação básica mais justa, participativa e efetivamente inclusiva.

2.3. Possibilidades para a Construção de Práticas Inclusivas

A consolidação da educação inclusiva na educação básica depende de uma série de ações articuladas que envolvem professores, gestores, estudantes, famílias e os demais profissionais que atuam no ambiente escolar. Embora os desafios relacionados à formação docente e à avaliação inclusiva sejam amplamente discutidos na literatura, os estudos também evidenciam inúmeras possibilidades capazes de contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e comprometidas com a aprendizagem de todos os estudantes. Essas possibilidades estão diretamente relacionadas à formação profissional, à reorganização das práticas educativas e ao fortalecimento de uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade.

A inclusão escolar não se concretiza apenas por meio de determinações legais ou políticas públicas. Sua efetivação depende, sobretudo, das práticas desenvolvidas cotidianamente no ambiente escolar. Nesse sentido, os professores desempenham papel fundamental na construção de experiências educacionais que favoreçam a participação dos estudantes e promovam condições adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Para que isso ocorra, torna-se indispensável investir continuamente na formação docente e no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

Entre as principais possibilidades apontadas pela literatura encontra-se o fortalecimento da formação continuada dos professores. Conforme destacam Kort-Kamp e Azevedo (2023), a formação continuada constitui um importante instrumento para o desenvolvimento profissional docente, pois permite a atualização de conhecimentos e a reflexão permanente sobre a prática pedagógica. Em um cenário educacional marcado por constantes transformações, a formação permanente possibilita aos professores compreenderem melhor as demandas da inclusão e desenvolverem estratégias mais eficazes para atender às necessidades dos estudantes.

A relevância da formação continuada está associada ao fato de que a inclusão escolar envolve situações complexas e dinâmicas, que nem sempre podem ser previstas durante a formação inicial. Os professores lidam diariamente com diferentes formas de aprendizagem, características individuais e contextos socioculturais variados, exigindo constante aperfeiçoamento profissional. Dessa forma, a participação em cursos, oficinas, grupos de estudo e atividades de formação contribui para ampliar as competências docentes e fortalecer as práticas inclusivas.

Além da atualização de conhecimentos, a formação continuada favorece o desenvolvimento de uma postura reflexiva diante da prática educativa. Ao analisar criticamente suas ações, os professores podem identificar dificuldades, reconhecer potencialidades e construir novas estratégias para enfrentar os desafios encontrados no cotidiano escolar. Essa reflexão contribui para a transformação das práticas pedagógicas e para o fortalecimento do compromisso com a inclusão.

Outra possibilidade importante refere-se à valorização do trabalho colaborativo dentro das instituições de ensino. A construção de uma escola inclusiva não depende exclusivamente da atuação individual do professor, mas do envolvimento coletivo de toda a comunidade escolar. Nesse contexto, o compartilhamento de experiências, conhecimentos e estratégias pedagógicas pode favorecer a superação de dificuldades e ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes.

Segundo Abdalla e Almeida (2020), a formação de professores para a educação inclusiva deve considerar a importância das ações coletivas e da cooperação entre os profissionais da educação. As autoras ressaltam que a construção de ambientes inclusivos requer diálogo permanente, troca de experiências e desenvolvimento de práticas colaborativas capazes de fortalecer o trabalho pedagógico.

O planejamento coletivo constitui uma das estratégias mais relevantes nesse processo. Quando os professores compartilham suas experiências e discutem conjuntamente as necessidades dos estudantes, tornam-se mais capazes de elaborar intervenções pedagógicas adequadas às diferentes realidades presentes na escola. Além disso, o trabalho colaborativo favorece a construção de soluções mais criativas e eficazes para os desafios relacionados à inclusão.

Outra possibilidade significativa para a construção de práticas inclusivas está relacionada à diversificação das metodologias de ensino. Os estudos analisados evidenciam que a utilização de diferentes estratégias pedagógicas amplia as oportunidades de participação dos estudantes e favorece o desenvolvimento de aprendizagens significativas. Em vez de adotar métodos

padronizados para todos os alunos, os professores podem utilizar recursos variados que considerem os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

Gonçalves et al. (2013) destacam que a inclusão escolar exige flexibilidade pedagógica e capacidade de adaptação às necessidades dos estudantes. Para os autores, a valorização da diversidade pressupõe o reconhecimento de que os alunos aprendem de maneiras distintas e, portanto, necessitam de abordagens diferenciadas. Nesse sentido, a utilização de atividades práticas, projetos interdisciplinares, trabalhos em grupo e recursos diversificados pode contribuir para tornar o processo de ensino mais acessível e inclusivo.

A diversificação metodológica também está diretamente relacionada à avaliação da aprendizagem. Conforme discutido anteriormente, a avaliação inclusiva requer a utilização de diferentes instrumentos capazes de contemplar as particularidades dos estudantes. Assim, a ampliação das estratégias de ensino favorece igualmente a ampliação das formas de avaliação, possibilitando uma compreensão mais abrangente do desenvolvimento dos alunos.

Outra possibilidade relevante refere-se à construção de uma cultura escolar fundamentada no respeito à diversidade. A inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como um conjunto de técnicas ou procedimentos pedagógicos. Trata-se de uma concepção educacional que valoriza as diferenças humanas e reconhece que todos os estudantes possuem potencial para aprender e se desenvolver. Dessa forma, a construção de práticas inclusivas exige mudanças nas atitudes, valores e concepções presentes nas instituições escolares.

Almeida e Rezende (2007) destacam que as políticas de inclusão demandam transformações profundas nas práticas educacionais e nas relações estabelecidas dentro da escola. Segundo as autoras, a promoção da inclusão depende da construção de ambientes capazes de acolher as diferenças e garantir oportunidades equitativas de aprendizagem para todos os estudantes.

Nesse contexto, torna-se fundamental combater preconceitos, estereótipos e práticas discriminatórias que ainda persistem em alguns espaços educacionais. A valorização da diversidade deve fazer parte da cultura institucional da escola, orientando decisões pedagógicas, relações interpessoais e processos avaliativos. Quando a inclusão passa a ser compreendida como responsabilidade coletiva, aumentam as possibilidades de construção de experiências educacionais mais democráticas e participativas.

Os estudos analisados também apontam a importância do fortalecimento das políticas educacionais voltadas para a inclusão. Embora as transformações ocorridas nas últimas décadas tenham contribuído para ampliar o acesso dos estudantes às escolas regulares, ainda existem desafios relacionados à implementação efetiva dessas políticas. Questões como insuficiência de recursos, limitações na formação docente e dificuldades de acompanhamento pedagógico demonstram a necessidade de investimentos contínuos por parte dos sistemas educacionais.

Stein et al. (2023) ressaltam que as políticas de avaliação inclusiva e formação continuada devem ser desenvolvidas de maneira integrada, garantindo suporte adequado aos profissionais da educação. Os autores defendem que a promoção da inclusão exige

ações articuladas que envolvam planejamento, acompanhamento e avaliação das práticas implementadas nas escolas.

Outro aspecto importante refere-se ao fortalecimento da relação entre formação docente e avaliação inclusiva. Os estudos analisados demonstram que esses dois elementos estão profundamente interligados. Quanto mais preparados estiverem os professores para compreender a diversidade presente nas salas de aula, maiores serão suas condições de desenvolver processos avaliativos compatíveis com as necessidades dos estudantes. Da mesma forma, avaliações inclusivas contribuem para que os professores obtenham informações mais precisas sobre a aprendizagem dos alunos, favorecendo a tomada de decisões pedagógicas.

Schneider, Ziesmann e Lepke (2021) argumentam que a avaliação inclusiva deve ser compreendida como instrumento de promoção da aprendizagem e da participação dos estudantes. Para os autores, a construção de práticas avaliativas inclusivas depende diretamente da formação dos professores e da capacidade de refletir criticamente sobre os objetivos e métodos utilizados no processo educativo.

Ao analisar conjuntamente os estudos selecionados para esta pesquisa, observa-se que a construção de práticas inclusivas não depende de soluções isoladas ou imediatas. Trata-se de um processo contínuo que exige comprometimento institucional, investimento na formação docente, fortalecimento das políticas educacionais e valorização da diversidade como princípio orientador das práticas escolares. Embora os desafios sejam significativos, as possibilidades identificadas pela literatura demonstram que a efetivação da

inclusão escolar é um objetivo viável quando há esforços coletivos voltados para a transformação da educação.

Dessa forma, as contribuições apresentadas pelos autores analisados evidenciam que a formação continuada, o trabalho colaborativo, a diversificação metodológica, a avaliação inclusiva e o fortalecimento das políticas educacionais constituem caminhos promissores para a construção de uma educação básica mais inclusiva. A adoção dessas estratégias pode contribuir para ampliar as oportunidades de aprendizagem, promover a participação dos estudantes e fortalecer o compromisso da escola com a equidade e a justiça social.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa, desenvolvido com o objetivo de analisar os desafios e as possibilidades relacionados à formação docente e à avaliação inclusiva na educação básica. A opção pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir, analisar e interpretar conhecimentos já produzidos sobre a temática, permitindo uma compreensão mais ampla dos fenômenos investigados.

A pesquisa bibliográfica constitui um importante procedimento metodológico para a produção do conhecimento científico, uma vez que possibilita o levantamento, a organização e a análise de estudos previamente publicados sobre determinado assunto. Nesse tipo de investigação, os dados são obtidos por meio de materiais já existentes, como artigos científicos, livros, documentos e demais produções acadêmicas. No presente estudo, a análise concentrou-se em artigos científicos que abordam diretamente a formação

docente, a educação inclusiva e os processos de avaliação na educação básica.

Quanto à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa. Esse tipo de abordagem busca compreender os fenômenos a partir de suas características, significados e relações, privilegiando a interpretação e a análise crítica dos dados em detrimento da quantificação estatística. A escolha pela abordagem qualitativa mostrou-se adequada aos objetivos da investigação, uma vez que permitiu analisar as contribuições teóricas dos estudos selecionados e identificar aspectos relevantes relacionados aos desafios e às possibilidades da formação docente e da avaliação inclusiva.

Em relação aos objetivos, o estudo possui caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o tema investigado, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre o objeto de estudo. Já a pesquisa descritiva busca identificar, registrar e analisar características, relações e contribuições presentes na literatura especializada. Dessa forma, a combinação dessas duas perspectivas possibilitou uma análise abrangente das discussões desenvolvidas pelos autores selecionados.

Para a realização da pesquisa, foram selecionados seis estudos científicos brasileiros considerados relevantes para a temática investigada. Os critérios de seleção incluíram a relação direta com os temas formação docente, educação inclusiva e avaliação inclusiva, bem como a disponibilidade dos trabalhos em bases acadêmicas e repositórios científicos. As obras analisadas foram publicadas entre os anos de 2007 e 2023, contemplando diferentes perspectivas sobre

a inclusão escolar e os desafios enfrentados pelos professores no contexto da educação básica.

As referências utilizadas foram: Abdalla e Almeida (2020), que discutem a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva; Almeida e Rezende (2007), que abordam as políticas educacionais e a formação docente voltadas para a inclusão; Gonçalves et al. (2013), que analisam a educação inclusiva na formação de professores; Kort-Kamp e Azevedo (2023), que investigam a formação continuada docente na perspectiva da inclusão; Schneider, Ziesmann e Lepke (2021), que discutem a relação entre formação docente, avaliação e educação inclusiva; e Stein et al. (2023), que analisam políticas de avaliação inclusiva e necessidades formativas dos professores.

A coleta de dados ocorreu por meio da leitura integral das produções selecionadas, seguida da identificação dos principais conceitos, argumentos e contribuições apresentados pelos autores. Posteriormente, realizou-se uma análise interpretativa dos conteúdos, buscando identificar convergências, divergências e aspectos complementares relacionados à formação docente e à avaliação inclusiva. Esse processo permitiu organizar os resultados em categorias temáticas que orientaram a construção da fundamentação teórica e da discussão dos achados da pesquisa.

A análise dos dados foi desenvolvida de forma descritiva e interpretativa, considerando os objetivos propostos para o estudo. Inicialmente, foram identificadas as principais contribuições de cada obra em relação à formação docente para a educação inclusiva. Em seguida, foram analisadas as discussões relacionadas aos processos de avaliação inclusiva e aos desafios enfrentados pelos profissionais

da educação. Por fim, foram examinadas as possibilidades apontadas pelos autores para o fortalecimento das práticas inclusivas na educação básica.

Dessa maneira, a metodologia adotada permitiu reunir evidências teóricas relevantes para a compreensão da temática investigada, contribuindo para a análise crítica dos desafios e das possibilidades da formação docente e da avaliação inclusiva. A partir dos procedimentos realizados, tornou-se possível construir uma reflexão fundamentada sobre os fatores que influenciam a efetivação da inclusão escolar e sobre as estratégias que podem favorecer a construção de uma educação mais democrática, equitativa e comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar que a formação docente e a avaliação inclusiva constituem dimensões fundamentais para a efetivação da educação inclusiva na educação básica. Os resultados evidenciam que, embora tenham ocorrido avanços significativos nas políticas educacionais voltadas à inclusão, ainda persistem desafios que dificultam a consolidação de práticas pedagógicas e avaliativas capazes de atender às necessidades de todos os estudantes. Ao mesmo tempo, os estudos apontam possibilidades importantes para o fortalecimento da inclusão escolar, especialmente por meio da qualificação docente e da transformação das práticas educacionais.

Um dos aspectos mais recorrentes nas pesquisas analisadas refere-se à importância da formação docente para a promoção da inclusão escolar. Abdalla e Almeida (2020) destacam que a construção de

sistemas educacionais inclusivos depende diretamente da preparação dos professores para atuar em contextos marcados pela diversidade. As autoras argumentam que a formação docente deve contemplar conhecimentos teóricos e práticos que possibilitem aos educadores compreender as especificidades dos estudantes e desenvolver estratégias adequadas às diferentes necessidades de aprendizagem.

Os resultados demonstram que a formação inicial ainda apresenta limitações significativas no que se refere à preparação dos futuros professores para atuar em contextos inclusivos. Diversos profissionais ingressam na carreira docente sem domínio suficiente de metodologias inclusivas e sem conhecimentos específicos sobre adaptação curricular e avaliação da aprendizagem. Essa realidade contribui para a insegurança profissional e para a dificuldade de implementação de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da inclusão.

Essa constatação também é evidenciada por Gonçalves et al. (2013), ao analisarem a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva. Os autores observam que muitos cursos de formação ainda abordam a temática da inclusão de forma limitada, dificultando a construção de competências necessárias para o trabalho com estudantes que apresentam diferentes necessidades educacionais. Tal situação evidencia a necessidade de fortalecer os currículos dos cursos de formação docente, ampliando os espaços destinados à discussão das práticas inclusivas.

Outro aspecto identificado nos estudos refere-se à relevância da formação continuada para o desenvolvimento profissional dos professores. Conforme destacam Kort-Kamp e Azevedo (2023), a

formação permanente possibilita a atualização dos conhecimentos docentes e favorece a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar. As autoras ressaltam que a formação continuada contribui para a construção de estratégias mais eficazes de ensino e avaliação, fortalecendo a capacidade dos professores de responder às demandas da inclusão escolar.

A análise dos dados demonstra que a formação continuada não deve ser compreendida apenas como um complemento da formação inicial, mas como um processo permanente de desenvolvimento profissional. As constantes transformações sociais e educacionais exigem dos professores uma postura investigativa e reflexiva, capaz de promover a atualização contínua de conhecimentos e a adaptação das práticas pedagógicas às necessidades dos estudantes. Nesse sentido, os programas de formação continuada representam uma importante possibilidade para o fortalecimento da educação inclusiva.

Além da formação docente, os estudos analisados evidenciam que a avaliação da aprendizagem constitui um dos principais desafios enfrentados pelas escolas no processo de inclusão. Historicamente marcada por práticas classificatórias e seletivas, a avaliação ainda apresenta características que dificultam a participação plena dos estudantes e limitam o reconhecimento de suas potencialidades. A predominância de provas padronizadas e critérios rígidos de avaliação demonstra que muitos sistemas educacionais continuam reproduzindo modelos tradicionais incompatíveis com os princípios da inclusão.

Schneider, Ziesmann e Lepke (2021) destacam que a avaliação inclusiva exige uma mudança significativa nas concepções

pedagógicas dos professores e das instituições escolares. Segundo os autores, a avaliação deve ser compreendida como um instrumento de promoção da aprendizagem, capaz de identificar necessidades, acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e orientar intervenções pedagógicas adequadas. Nessa perspectiva, o foco deixa de estar exclusivamente nos resultados e passa a considerar os processos de aprendizagem vivenciados pelos alunos.

Os resultados obtidos na análise da literatura indicam que a construção de práticas avaliativas inclusivas depende da utilização de instrumentos diversificados, capazes de contemplar as diferentes formas de expressão do conhecimento. A adoção de portfólios, observações sistemáticas, atividades práticas, projetos pedagógicos e produções individuais representa uma alternativa às avaliações exclusivamente baseadas em provas escritas. Essa diversificação amplia as oportunidades de participação dos estudantes e favorece uma compreensão mais abrangente de suas aprendizagens.

Entretanto, os estudos demonstram que muitos professores encontram dificuldades para implementar práticas avaliativas inclusivas. Entre os principais fatores apontados estão a insuficiência da formação específica sobre avaliação, a falta de tempo para planejamento, a sobrecarga de trabalho e a ausência de apoio institucional. Essas dificuldades evidenciam que a transformação dos processos avaliativos exige não apenas mudanças individuais, mas também o fortalecimento das condições de trabalho oferecidas aos profissionais da educação.

Stein et al. (2023) ressaltam que as políticas de avaliação inclusiva precisam estar articuladas às políticas de formação docente. Os autores argumentam que a efetivação da inclusão depende da

existência de ações integradas capazes de fornecer suporte aos professores e garantir condições adequadas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, a avaliação inclusiva não pode ser compreendida de maneira isolada, mas como parte de um conjunto mais amplo de transformações necessárias ao ambiente escolar.

Outro resultado importante identificado nos estudos refere-se à relação existente entre inclusão escolar e cultura institucional. A literatura evidencia que a implementação de práticas inclusivas depende não apenas da atuação dos professores, mas também do comprometimento da gestão escolar e dos demais profissionais envolvidos no processo educativo. Quando a inclusão é assumida como responsabilidade coletiva, aumentam as possibilidades de construção de ambientes educacionais mais acolhedores e democráticos.

Nesse contexto, Almeida e Rezende (2007) destacam que as políticas educacionais voltadas à inclusão exigem mudanças profundas nas estruturas e práticas das instituições de ensino. As autoras afirmam que a simples presença dos estudantes nas escolas regulares não garante a efetivação da inclusão, sendo necessário criar condições para sua participação ativa e para o desenvolvimento de aprendizagens significativas. Essa perspectiva reforça a importância de ações articuladas que envolvam toda a comunidade escolar.

A análise das produções científicas também permitiu identificar que o trabalho colaborativo constitui uma importante possibilidade para o fortalecimento da inclusão escolar. A troca de experiências entre professores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais favorece a construção de estratégias capazes de responder às

necessidades dos estudantes. Além disso, o compartilhamento de conhecimentos contribui para a superação das dificuldades encontradas no cotidiano escolar e fortalece o desenvolvimento profissional docente.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de valorização da diversidade como princípio orientador das práticas educacionais. Os estudos analisados demonstram que a inclusão escolar exige o reconhecimento das diferenças humanas como elemento constitutivo do processo educativo. Essa compreensão implica abandonar perspectivas que associam as diferenças a limitações e adotar concepções que valorizem as potencialidades dos estudantes.

A partir dos resultados obtidos, observa-se que a efetivação da educação inclusiva depende da articulação entre diferentes fatores. A formação docente, a avaliação inclusiva, o trabalho colaborativo, o fortalecimento das políticas educacionais e a valorização da diversidade constituem elementos interdependentes que influenciam diretamente a qualidade dos processos educativos. A ausência de qualquer um desses componentes pode comprometer a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos.

De modo geral, os estudos analisados convergem ao afirmar que a formação docente representa uma condição indispensável para a promoção da inclusão escolar. Professores preparados tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais flexíveis, utilizar estratégias diversificadas de avaliação e construir relações mais significativas com os estudantes. Da mesma forma, a adoção de processos avaliativos inclusivos contribui para ampliar as oportunidades de

aprendizagem e fortalecer a participação dos alunos no ambiente escolar.

Portanto, os resultados desta pesquisa evidenciam que os desafios relacionados à formação docente e à avaliação inclusiva ainda são significativos, mas também demonstram a existência de possibilidades concretas para sua superação. O investimento em formação continuada, a diversificação dos instrumentos avaliativos, o fortalecimento das políticas públicas e a construção de uma cultura escolar inclusiva constituem caminhos promissores para a consolidação de uma educação básica mais equitativa e comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva tem se consolidado como uma das principais demandas da educação contemporânea, exigindo mudanças significativas nas práticas pedagógicas, nos processos avaliativos e na formação dos profissionais da educação. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e as possibilidades relacionados à formação docente e à avaliação inclusiva na educação básica, buscando compreender de que forma esses elementos contribuem para a efetivação da inclusão escolar.

A partir da análise das produções científicas selecionadas, foi possível constatar que a formação docente desempenha papel fundamental na construção de ambientes educacionais inclusivos. Os estudos evidenciaram que a atuação dos professores influencia diretamente a qualidade das experiências de aprendizagem oferecidas aos estudantes, tornando indispensável a existência de processos formativos capazes de preparar os profissionais para lidar

com a diversidade presente nas escolas. Nesse sentido, verificou-se que a formação inicial, embora represente uma etapa importante da trajetória profissional, ainda apresenta limitações relacionadas ao aprofundamento das questões ligadas à inclusão escolar e à avaliação da aprendizagem.

Os resultados também demonstraram que a formação continuada constitui uma estratégia essencial para o fortalecimento das práticas inclusivas. Ao possibilitar a atualização de conhecimentos, a reflexão sobre a prática pedagógica e a troca de experiências entre profissionais, a formação permanente contribui para o desenvolvimento de competências necessárias ao enfrentamento dos desafios encontrados no cotidiano escolar. Dessa forma, os estudos analisados reforçam a necessidade de investimentos contínuos em programas de formação que atendam às demandas reais dos professores e promovam o aprimoramento de suas práticas educativas.

Em relação à avaliação da aprendizagem, verificou-se que ainda predominam, em muitos contextos educacionais, concepções tradicionais centradas na classificação e na mensuração de resultados. Essa realidade evidencia a permanência de práticas avaliativas que nem sempre contemplam a diversidade existente nas salas de aula e que, em determinadas situações, podem contribuir para processos de exclusão escolar. Os estudos analisados apontam que a construção de uma avaliação inclusiva exige mudanças nas concepções pedagógicas, na organização do trabalho docente e na utilização de instrumentos capazes de considerar os diferentes ritmos, necessidades e potencialidades dos estudantes.

A pesquisa permitiu identificar que a avaliação inclusiva deve ser compreendida como um processo contínuo, formativo e comprometido com a promoção da aprendizagem. Mais do que verificar resultados, a avaliação precisa fornecer informações que auxiliem o professor na tomada de decisões pedagógicas e na construção de estratégias capazes de favorecer o desenvolvimento dos estudantes. Nesse sentido, a diversificação dos instrumentos avaliativos, a flexibilização de procedimentos e a valorização dos processos de aprendizagem aparecem como possibilidades importantes para a consolidação de práticas avaliativas mais democráticas e inclusivas.

Outro aspecto evidenciado pelos estudos refere-se à necessidade de articulação entre formação docente e avaliação inclusiva. Os resultados demonstraram que esses dois elementos são indissociáveis, uma vez que a implementação de práticas avaliativas inclusivas depende diretamente da preparação dos professores para compreender a diversidade e responder adequadamente às necessidades dos estudantes. Da mesma forma, a avaliação inclusiva constitui um importante instrumento para orientar o planejamento pedagógico e promover aprendizagens significativas.

Os achados da pesquisa também revelaram que a efetivação da inclusão escolar não depende exclusivamente do trabalho desenvolvido pelos professores. Embora a atuação docente seja fundamental, a construção de uma escola inclusiva exige o comprometimento de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, coordenadores pedagógicos, profissionais de apoio, famílias e órgãos responsáveis pelas políticas educacionais. A promoção da inclusão requer ações articuladas, investimentos em formação, disponibilização de recursos adequados e fortalecimento

de uma cultura institucional baseada no respeito à diversidade e na valorização das diferenças.

Diante dessas considerações, pode-se afirmar que o problema de pesquisa proposto foi respondido, uma vez que a análise da literatura permitiu identificar tanto os principais desafios quanto as possibilidades relacionadas à formação docente e à avaliação inclusiva na educação básica. Entre os desafios destacam-se as limitações da formação inicial, a necessidade de ampliação da formação continuada, a persistência de práticas avaliativas tradicionais, a insuficiência de recursos pedagógicos e as dificuldades enfrentadas pelas escolas para atender às demandas da inclusão. Por outro lado, as possibilidades identificadas incluem o fortalecimento da formação permanente, a diversificação das estratégias de ensino e avaliação, o desenvolvimento do trabalho colaborativo e a valorização de práticas pedagógicas centradas na aprendizagem dos estudantes.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma educação básica verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre políticas educacionais, formação docente e práticas avaliativas comprometidas com a equidade. Investir na qualificação dos professores e na transformação dos processos avaliativos representa um passo fundamental para garantir o direito à educação de todos os estudantes e promover uma escola capaz de reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade humana. Além disso, espera-se que as reflexões apresentadas neste estudo contribuam para o aprofundamento das discussões sobre inclusão escolar e incentivem o desenvolvimento de novas pesquisas voltadas à construção de práticas educacionais cada vez mais inclusivas e democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. Formação de professores no Brasil e na América Latina na perspectiva da educação inclusiva. *Revista Formação em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 696-718, 2020. Disponível em: <https://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/609>. Acesso em: 11 jun. 2026.

ALMEIDA, Dulce Barros de; REZENDE, Amanda Maria de Mendonça. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 13-28, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678>. Acesso em: 11 jun. 2026.

GONÇALVES, Fábio Peres et al. A educação inclusiva na formação de professores e no ensino de química: a deficiência visual em debate. *Química Nova na Escola*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 264-271, 2013. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc35_4/09-EQ-89-12.pdf. Acesso em: 11 jun. 2026.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-3262201400020000>. Acesso em: 12 jun. 2026.

KORT-KAMP, Tais Gisele; AZEVEDO, Beatriz Fátima T. Formação continuada docente na perspectiva da educação inclusiva. *Vértices*, Campos dos Goytacazes, v. 25, n. 3, p. 1196-1218, 2023. Disponível em:

<https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20230061>. Acesso em: 11 jun. 2026.

SCHNEIDER, Caroline de Oliveira; ZIESMANN, Cleusa Inês; LEPKE, Sonia. Diálogos entre formação de professores, avaliação e educação inclusiva. *Revista de Estudos Aplicados em Educação*, São Caetano do Sul, v. 6, n. 12, p. 139-154, 2021. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/8042. Acesso em: 11 jun. 2026.

STEIN, Andréia Nunes et al. Políticas de avaliação inclusiva, formação continuada e necessidades formativas: convergências e divergências. In: BRIDI, Fabiane Romano de Souza; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). *Políticas públicas educacionais no contexto da formação docente*. Porto Alegre: Editora Fi, 2023. p. 157-180. Disponível em: <https://editorafi.org/ebook/647politicaspUBLICASeducacionais.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2026.

¹ Especialista em docência do ensino superior. Especialista em Educação Inclusiva. Licenciada em Letras com Inglês pela UESC, Itabuna/BA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Especialista em Educação Contemporânea e Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador/BA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

³ Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Internacional Iberoamericana. Mestra em Diversidade Animal pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador/BA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁵ Especialista em Linguagens e suas Tecnologias pela UFPI. Especialista em ensino de Libras pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁶ Especialista em Educação, Cultura e Contextualidade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Especialista em Educação Inclusiva. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁷ Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGen) na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista/BA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁸ Mestra em Formação de Professores da Educação Básica pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus/BA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)